

Pompeu defende eleição no DF com prévias no PMDB

Com cabelos muito brancos e farto, um jeito de falar manso e carinhoso, o velho jornalista e senador Roberto Pompeu de Sousa Brasil, PMDB-DF, nas suas duas áreas de atuação e chamado simplesmente de Pompeu de Sousa, assim como seu bisavô, que também foi senador na época do Império. Com a segurança adquirida em seus mais de 50 anos de jornalismo político, aos 73 anos, o pequeno cearense, radicado em Brasília desde a sua fundação, se constituiu num dos mais fervorosos defensores da autonomia política do DF.

CONSTITUINTES DE BRASÍLIA

Segundo, porque o **Centráo** é o reduto do obscurantismo antidemocrático. E, para ele, quanto menos eleições houver, melhor.

— Como o PMDB poderá fixar-se em um nome para concorrer ao governo do Distrito Federal, dividido que está entre tantas tendências (MUP, Centráo, Centrinho, Históricos, etc.)?

— Eu acho que a multiplicidade de correntes acabará por facilitar a escolha, porque estimulará a própria disputa interna que, desta forma, se constituirá numa espécie de prévia eleitoral.

— Na sua opinião, a prévia eleitoral, nos moldes em que é feita nos Estados Unidos, por exemplo, é importante para a indicação de um candidato?

— Acho que qualquer consulta à opinião pública, intrapartidária, extrapartidária e suprapartidária, é algo benéfico e conveniente.

— E com relação às eleições presidenciais, o senador ainda acredita que elas poderão mesmo ser realizadas em 88?

— Não só acredito como lutarei com todas as minhas forças para que assim se faça. Estou convencido de que não se pode sonhar mais o cumprimento de um compromisso que assinamos com a Nação, quando participamos do movimento das **Diretas Já** — a maior manifestação da vontade do povo brasileiro. E **Diretas Já**, é compromisso nosso, ou o cumprimos ou nos desmoralizamos.

— O PMDB tem nomes para concorrer ao GDF?

— O nosso partido possui um amplo e variado número de correligionários perfeitamente capacitados para disputa do mandato de primeiro governador eleito do DF. Prefiro não citar nomes.

— Dá para aceitar a indicação do seu nome?

— Eu preferiria dissuadir os companheiros que acaso sugerissem meu nome. Tenho atuado sempre na oposição, há mais de 50 anos. As poucas e curtas experiências de governo de que participei levaram-me a uma descoberta paradoxal: o poder é impotente. E como me defendo de qualquer forma de impotência, devo me defender também da impotência do poder. Aceitá-lo, portanto, só em caso absolutamente irreversível de missão. Coisa de homem público, que não tem o direito de recusar.

— O senhor acredita que o Centráo representa uma ameaça para as eleições no DF no ano que vem?

— Sem dúvida. Primeiro, porque modificou **ex-abrupto** as regras do jogo, forçando, à última hora, uma reforma do regimento interno da Assembleia, que fora aprovado no início mesmo dos nossos trabalhos, por unanimidade, e, portanto, pelos próprios atuais integrantes do Centráo.

A prevelecer o regimento original, agora destruído, seria bem mais fácil a aprovação da autonomia do DF. Não só porque a sua adoção na Comissão de Sistematização já lhe garantia uma aprovação quase automática, como a derrubada dessa autonomia exigiria uma gigantesca mobilização das forças antagônicas.



Pompeu: prevendo uma batalha de votos

REJANE DE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

A defesa ou o repúdio ao parlamentarismo tem conseguido uma façanha rara na Constituinte: unir os contrários ou desagregar grupos políticos até então homogêneos, acima das divergências ideológicas mais profundas. E assim que pedessistas e comunistas estão trabalhando juntos pela implantação do regime de gabinete, enquanto o Palácio do Planalto encontrou no PT de Lula e no PDT de Brizola fortes aliados em sua luta para preservar o presidencialismo.

E inútil tentar traçar uma linha única de raciocínio coerente capaz de justificar o fenômeno. Na verdade, cada um tem os seus motivos para preferir este ou aquele regime de governo. Entre as razões dos 559 constituintes, há desde projetos políticos pessoais até preocupações sinceras com a estabilidade institucional do País. Passando, obviamente, pelos inevitáveis interesses fisiológicos.

Dividindo-os em grupos menores, contudo, dá para estabelecer o que une os parlamentaristas na defesa deste regime. Entre os moderados do PMDB e os modernos do PFL e do PDS, por exemplo, o objetivo é aprovar um mecanismo capaz de prestigiar efetivamente a classe política. Para a esquerda do PMDB, o PCB e o PC do B, este prestígio tem uma contrapartida prática, na medida em que concentra no próprio Parlamento as tensões institucionais. Acredita-se, nesta facção, que isto evitará que as crises políticas desagüem nos quartéis, com as consequências já conhecidas dos brasileiros.

Já os presidencialistas têm razões ainda mais variadas. O psicanalista do ex-governador Leonel Brizola, por exemplo, deve ser capaz de escrever um tratado sobre os motivos do PDT, cuja posição a respeito do regime de governo tem origem na personalidade caudillesca de seu dirigente. E verdade que há parlamentaristas enrustidos entre os pedetistas, mas estes não ousam contrariar o projeto pessoal de Brizola.

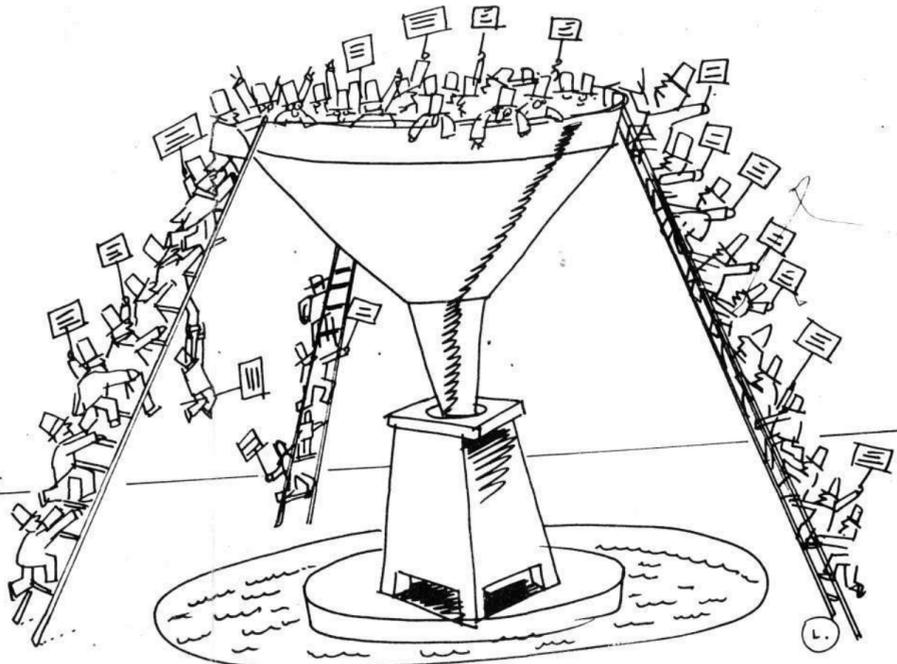
No caso do PT, o partido a apoiar o presidencialismo é também um projeto político de conquista do poder. O próprio Lula, segundo o confidenciado a amigos, é simpático ao parlamentarismo, mas tem consciência de que neste regime não há como seu partido chegar ao poder. As chances pelistas estão na candidatura carismática de Lula à Presidência.

Não se pode esquecer, naturalmente, os presidencialistas fiéis ao Palácio do Planalto. Entre eles, há alguns que acreditam sinceramente não ter o País ainda as condições necessárias para conviver com o regime de gabinete. Desde que sejam vencidos na Constituinte, contudo, há até integrantes deste grupo que são candidatos em potencial ao cargo de primeiro-ministro, como é o caso do deputado e multi-presidente Ulysses Guimarães.

Mas também existe, entre os constituintes fiéis ao Planalto, quem cobra o preço da fidelidade. Ou seja, aqueles que só apoiam o presidencialismo em troca das benesses que o governo vem oferecendo em seu esforço para derrotar o movimento parlamentarista. Basta que se accentue o desgosto do presidente Sarney para que eles manifestem suas verdadeiras convicções. Possivelmente isto ocorrerá na mesma época em que também se desnudarem os que hoje defendem o parlamentarismo como o único objetivo de combater o atual governo.

Parlamentarismo une contrários

Mas ainda precisa de muitos votos para obter a vitória no plenário



Sarney não consegue conter a avalanche

Nem os parlamentaristas mais ortodoxos utilizaram o regime de gabinete como tema de discurso nos paltanos da campanha de 86. Na verdade, o assunto só surgiu, e rapidamente tornou-se centro dos debates políticos, quando a Subcomissão do Poder Executivo da Constituinte iniciou seus trabalhos. Foi da cabeça do relator José Fogaça (PMDB-RS) que saiu o primeiro projeto parlamentarista, um esboço tímido do sistema que o senador gaúcho denominava "neoparlamentarismo".

Mas que foi tomando forma e aproximando-se cada vez mais do regime clássico na medida em que avançavam os trabalhos da Assembleia.

Logo na primeira fase da Constituinte, o sistema de governo passou a polarizar os debates, dividindo as manchetes dos jornais com a duração do mandato do presidente José Sarney. Como cabia à mesma subcomissão definir os dois temas, desde o início ficou claro que a negociação em torno deles se faria sempre conjuntamente. Como numa balança invertida: quanto maior fosse a duração do mandato, mais acentuadas as características do novo regime de governo.

Esta relação entre os dois assuntos teve origem no comportamento adotado pelo presidente Sarney, que ignorou omissivamente todos os demais aspectos da Constituinte para concentrar-se na preservação do presidencialismo e na fixação de seu mandato em cinco anos. Embora nunca tenha abandonado estas preocupações, ao longo do ano os dois temas alternaram-se como prioridade na cabeça de Sarney: ora ele concordava em aceitar o parlamentarismo em troca do mandato preferido, ora aceitava as diretas já em favor da manutenção do presidencialismo.

Jamais, porém, Sarney deixou de trabalhar no sentido de impedir a dupla derrota. E mesmo agora, quando declara solenemente que acatará qualquer de-

cisão da Constituinte, os seus ministros políticos atuam a todo vapor com o objetivo de mudar votos no plenário da Assembleia. Quando as questões em jogo são o regime e o mandato, o Governo abandona o tom contemporizador e joga duro. Vale até demitir os afilhados dos constituintes parlamentaristas ou quatroanistas para entregar os cargos vagos aos políticos considerados fiéis, numa retaliação conhecida como "estilo ACM" por ter sido receita do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Entre os atingidos, que são muitos, o destaque é para o senador José Richa (PMDB-PR), que foi importante aliado do Planalto até se converter ao parlamentarismo.

Mesmo demonstrando uma disposição que não dedica sequer à solução da grave crise econômica do País, o Governo só acumulou derrotas em sua tentativa de barrar o parlamentarismo. Foi assim desde o princípio da Constituinte: a cada etapa dos trabalhos, o projeto constitucional ia acentuando as características do novo regime.

Na fase da Subcomissão do Executivo, a única pequena vitória do Planalto foi isentar os militares do voto de desconfiança a que ficariam sujeitos os demais ministros. Na etapa seguinte, a da Comissão de Organização dos Poderes, mesmo esta pequena conquista caiu, pelas mãos do relator Egídio Ferreira Lima. Não adiantaram os esforços do deputado. Albiérico Filho, primo do presidente da República e seu porta-voz dentro da comissão, e nem mesmo a competência do

assessor palaciano Henrique Hargreaves, que acompanhou todas as votações pessoalmente, em um verdadeiro corpo-a-corpo junto aos parlamentares.

Quando finalmente chegou à Comissão de Sistematização, o parlamentarismo já era uma idéia consolidada entre os constituintes. Aos que defendiam com sinceridade o novo regime, foram acessidos os que viam em sua adoção uma fórmula eficiente de enfraquecer o Governo Sarney. Somados, os dois grupos tinham larga maioria para aprovar o sistema, como as votações sucessivas vieram comprovar. Quem ficou mal com o resultado foi o líder governista Carlos Sant'Anna, que até o fim garantia ao Planalto a vitória dos presidencialistas.

Orientado pelo seu líder, o presidente Sarney negociou a negociação com os parlamentaristas a instituição do regime de gabinete em troca de seu mandato de cinco anos. Pior para ele: defensores deste sistema que até então admitiam rejeitar as diretas em 88 se o Presidente concordasse em colaborar com a implantação do parlamentarismo bandearam-se para o lado dos quatroanistas, engrossando as fileiras do grupo que terminou por aprovar a redução do mandato.

Em tese, a aprovação do mandato de quatro anos deixaria os parlamentaristas numa posição de força para negociar com o Governo a questão do regime, sob a promessa de revisão do assunto no plenário. Na prática, porém, o efeito foi outro: além de contentar os políticos que só estavam com o parlamentarismo

para enfraquecer Sarney (e com as eleições garantidas já não precisariam deste recurso), ainda uniu todos os presidencialistas contra o novo regime. No último caso, a única exceção efetivamente sincera é o ex-governador Franco Montoro, já que até mesmo o senador Mário Covas é um dos parlamentaristas "convertidos". Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Aureliano Chaves, Marco Maciel, Antônio Ermirio de Moraes, são todos presidencialistas.

Outro fator que veio atrapalhar a instituição do sistema de gabinete foi o surgimento do Centráo, tendo como consequência o prolongamento da Constituinte, cujo término ficou para abril ou maio. Em princípio, essas previsões já inviabilizavam a data que a Comissão de Sistematização fixou para a entrada em vigor do parlamentarismo: 15 de março de 88. Agora, na melhor das hipóteses, ele só vigorará no dia da promulgação da Constituição, embora o mais provável mesmo é que seja implantado apenas no próximo período de governo. O que representa reconhecê-lo, uma vitória para o presidente José Sarney.

Mesmo os parlamentaristas mais sinceros admitem o fato de que o advento do Centráo representa uma ameaça ao novo regime. Ainda assim, políticos como o senador José Fogaça e deputado Egídio Ferreira Lima, espécies de pais do novo regime, acreditam que o que está em xeque não é exatamente a instituição do sistema, que já estaria praticamente assegurada, mas apenas a data de sua implantação.

Plebiscito é arma dos adversários

Se o plenário da Constituinte aprovar dispositivo inserido nas Disposições Transitórias pela Comissão de Sistematização, só daqui a cinco anos é que o Congresso Nacional poderá emendar a Constituição para derrubar o regime parlamentarista de governo. O dispositivo é justificado pelos defensores do novo regime como uma medida de segurança destinada a permitir que o sistema de gabinete se consolide antes que um de nossos caudilhos patrocine o retorno ao atual "presidencialismo imperial".

Por sua vez, os presidencialistas contra-atacam com a idéia do plebiscito para o regime de governo, a ser realizado no período entre a aprovação e a promulgação da Carta Magna. Caso a população se manifeste contra o novo sistema — e eles apostam nisso — o presidencialismo seria automaticamente restaurado.

De fato, todas as pesquisas de opinião não encontram respaldo junto à maioria da população. Este dado, contudo, não parece preocupar os defensores do sistema de gabinete. O deputado Victor Faccioni (PDS-RS), por exemplo, entende que uma boa campanha de esclarecimento a respeito das características do parlamentarismo reverte facilmente esta situação.

Já para o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, o povo vem optando pelo presidencialismo porque este é praticamente o único regime que conhece. Ele assinala que a experiência parlamentarista sob Jango Goulart foi uma solução de conveniência política.

O deputado Roberto Freire, líder do PCB, é outro que acredita na reversão das preferências populares através de uma campanha de informação. Ao contrário de Fernando Henrique, contudo, ele deseja que se resgate a experiência de 61, apontando várias medidas positivas adotadas pelos gabinetes que governaram o Brasil na ocasião.

Se o plebiscito for convocado, todos os argumentos pró e contra o novo regime sairão da cúpula do Congresso para as ruas. Por enquanto é só uma idéia defendida pelos presidencialistas.

Convertidos superam os pioneiros

Não é que não existam parlamentaristas históricos na Constituinte. Existem. Mas não se pode descrever a trajetória do regime de gabinete na Assembleia sem contar a história das múltiplas conversões, algumas sinceras, outras apenas convenientes.

Quando o presidente José Sarney acusa o movimento parlamentarista de ter como único objetivo enfraquecer o seu governo, talvez esteja exagerando. Contudo, pelo menos em relação a certos integrantes do grupo, ele parece ter razão. Afinal, de que outra forma justificar as surpreendentes — e rapidíssimas — mudanças de posição de alguns constituintes em relação ao assunto?

No início da Constituinte, quando o senador José Fogaça surgiu na Subcomissão do Poder Executivo como o primeiro projeto parlamentarista, não apareceram muitos defensores para a proposta. Havia apenas o chamado núcleo histórico, integrado por parlamentares como os senadores Nelson Carneiro e Marcos Gadelha, os deputados Victor Faccioni e Egídio Ferreira Lima, entre outros.

Bastou o governo sair em defesa do presidencialismo para as conversões começarem. Constituinte que até a véspera considerava o novo regime inviável para a realidade brasileira passou a defendê-lo com unhas e dentes. A partir daí, as reuniões dos parlamentaristas ficaram parecidas com o recente encontro dos peemedebistas "históricos", que contou com a presença de pelo menos dois ex-arenistas e até um ex-ministro dos governos militares.

Paradoxalmente, foram justamente os convertidos que promoveram as principais articulações políticas responsáveis pela vitória do parlamentarismo na Constituinte. Os ex-presidencialistas Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa, por exemplo, estiveram à frente dos lances mais importantes do processo de aprovação do novo regime. Quer definindo estratégias de votação, quer desenvolvendo um trabalho proselitista capaz de ampliar o movimento ou até mesmo tentando sensibilizar o governo no último caso sem sucesso.

Como fica a divisão do poder

No parlamentarismo, o Presidente da República vai virar uma rainha da Inglaterra — afirma o presidencialista Carlos Sant'Anna.

— Nada disso. Ele será um magistrado de papel fundamental da República — rebate o parlamentarista Egídio Ferreira Lima.

Deixando de lado as paixões políticas por um ou outro regime, a verdade é que o projeto aprovado pela Comissão de Sistematização delega ao Presidente da República as funções de chefe de Estado — enquanto o primeiro-ministro fica reservada a chefia do governo.

Saem das atribuições atuais do Presidente, portanto, as questões práticas da esfera administrativa. Embora ele mante-

na algum poder supervisor sobre o governo, mais formal do que concreto, a poderosa caneta que nomeia e demite passa às mãos do primeiro-ministro.

Isto não significa que o chefe de Estado será figura meramente decorativa. Além de conduzir os assuntos tradicionalmente delegados ao seu cargo nos regimes parlamentaristas mais ortodoxos, entre os quais a política externa, terá papel importante no próprio processo de formação do governo, que aliás, foi objeto de grandes polémicas nas diversas fases da Constituinte.

O Presidente quem indica o nome do primeiro-ministro à Câmara, depois de ouvir o partido ou partidos políticos que integram a maioria daque-

la Casa. Ele tem direito a duas indicações. Se ambas forem rejeitadas, os parlamentares é que escolherão o chefe do governo.

E aí que entra outro superpoder do Presidente da República. Caso a Câmara não consiga maioria absoluta para eleger um nome para a chefia do governo, ele pode simplesmente dissolvê-la e convocar eleições extraordinárias. Ou então, num gesto de condescendência, optar por uma segunda alternativa prevista no projeto constitucional. Neste caso, o Parlamento será preservado, mas o presidente ganha o direito de nomear o primeiro-ministro sem aprovação dos deputados, que além disso não poderão derrubar o antes de decorridos seis meses.

Um modelo único no mundo

O anteprojeto da Comissão de Sistematização e as emendas já delineadas sobre o parlamentarismo poderão dar ao sistema de governo do Brasil, caso aprovados, uma feição **sui generis**. Nenhum país do mundo contará com um sistema semelhante. Isso será especialmente válido para as nações que adotam o parlamentarismo clássico, em que todos os poderes cabem mesmo ao primeiro-ministro. E o caso da Inglaterra, Suécia, Noruega, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Alemanha Ociden-

tal, Irlanda e Luxemburgo, entre repúblicas e monarquias. Na Itália o presidente dispõe de mais influências, mas apenas no momento de indicar o primeiro-ministro. Na Finlândia e especialmente em Portugal e Espanha os poderes presidenciais são mais amplos. Ainda assim ficariam aquém do que o previsto no Brasil. Feitas as contas, o modelo mais próximo do pensado para o Brasil fica mesmo no Peru, onde o primeiro-ministro manda muito pouco.